

Filho e neto de ferroviários, Demistóclides Batista nasceu em Cachoeiro do Itapemirim em 18 de outubro de 1925. Aos 16 anos ingressa na ferrovia enquanto dirige a Casa do Estudante de Cachoeiro. Após um breve período lecionando história no Liceu Muniz Freire, Batistinha (como ficou conhecido) ingressa no [PCB](#) em 1954, tendo sido eleito presidente do Sindicato dos Ferroviários da [Estrada de Ferro Leopoldina](#) (embora tenha sido proibido por [Getúlio Vargas](#) de assumir o cargo, sendo liberado apenas na gestão de [Juscelino Kubitschek](#) em 1955)^[3]. Nesse período, lidera greves dos ferroviários por melhores condições de trabalho em 1954, 1957 e 1960^[4] ganhando notoriedade por sua liderança sindical, mesmo sendo abertamente comunista (o que o levou a ser preso diversas vezes ao longo da vida). Em 1958 forma-se em direito pela Faculdade de Direito da [Universidade Federal do Espírito Santo](#) e especializa-se em direito previdenciário.^[2]

Após a renúncia de [Jânio Quadros](#), ocorre a crise sucessória onde parte dos meios políticos e militares tenta impedir a posse do seu vice [João Goulart](#). Batistinha participa da [Campanha da Legalidade](#), conduzindo um trem especial da RFFSA (Trem da Legalidade) com mais de 3 mil ferroviários durante viagem de 12 dias, quando a ferrovia encontra-se em greve. Com a posse de Goulart, o movimento é extinto.^[5] Em 1962 (após o PCB se ver mais uma vez na clandestinidade) filia-se ao [PST](#) e concorre a deputado federal pelo Rio de Janeiro, sendo eleito com 38 mil votos. Com o acirramento da crise política, ocorre o [Golpe de Estado no Brasil em 1964](#) ocorrido entre [31 de março](#) e [1 de abril](#).^[6] No dia 10 de abril, Batistinha é um dos 100 primeiros políticos a ter os seus direitos políticos cassados pelo [Ato Institucional Número Um](#). Com isso, Batistinha deixa o Brasil e exila-se no Uruguai.^[2]

Em 1966 retorna clandestinamente ao Brasil, refugiando-se em São Paulo. Após investigações do [DOPS](#) Paulista (que já o fichara com o prontuário 145975 ^[7]), foge para o Rio onde é preso em 1967. Com a decretação do [Ato Institucional Número Cinco](#) Batistinha é acusado de subversão e enquadrado pela Lei de Segurança Nacional, sendo condenado a 2 anos de prisão, cumpridos no presídio de Ilha Grande. Após ser solto, dedica-se a advocacia trabalhista até 1979, quando a lei de anistia lhe permite retomar os direitos políticos. Em 1979 se torna um dos membros fundadores do [Partido dos Trabalhadores](#) (PT) e nas [Eleições estaduais no Rio de Janeiro em 1986](#) é lançado ao senado. Apesar de receber quase 237 mil votos, fica apenas em sétimo lugar.^[2]



Ponte de Ferro Demistóclides Batista, Cachoeiro do Itapemirim.

No final da década de 1980 notabiliza-se por se posicionar contrário ao processo de privatização da [RFFSA](#) e da estadualização da [CBTU](#) -RJ. Em 1991 foi agraciado coma Medalha Pedro Ernesto pela [Câmara Municipal do Rio de Janeiro](#).^[8] Batistinha acabou morto por 3 criminosos, em circunstâncias misteriosas, em 5 de julho de 1993 no Rio de Janeiro.^{[2][8][9]}

Em sua homenagem, a prefeitura de Cachoeiro do Itapemirim rebatizou a ponte de ferro da cidade de Ponte Demistóclides Batista. A Câmara dos Deputados, em sessão especial, devolveu o mandato de Batistinha e dos demais deputados cassados na Ditadura em [dezembro](#) de [2012](#).^[10]



Este artigo sobre um **político** é um **esboço** relacionado ao **Projeto Biografias de Políticos**. Você pode ajudar a Wikipédia **expandindo-o**.

Referências

- ↑ «ATO Nº 1, SUSPENDE DIREITOS POLÍTICOS». Acervo da Luta Contra a Ditadura/Governodo estado do Rio Grande do Sul. 10 de abril de 1964
- ↑ *Ir para: a b c d e* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. «*Demistóclides Batista*». Fundação Getúlio Vargas. Consultado em 16 de maio de 2019
- ↑ *Ir para: a b* «*Registro:Homenageado*». *Jornal do Brasil*, Ano CI, edição 212, página 8/republicado pela Biblioteca nacional/Hemeroteca Digital Brasileira. 6 de novembro de 1991. Consultado em 16 de maio de 2019
- ↑ Marcelo Badaró Mattos (2004). «*Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)*». *Revista Brasileira de História*, vol.24 no.47 São Paulo. Consultado em 16 de maio de 2019
- ↑ «*Líder liga Hanna à saída de Schilling*». *Correio da Manhã*, ano LXIII, edição 21561, página 9/republicado pela Biblioteca nacional/Hemeroteca Digital Brasileira. 19 de julho de 1963. Consultado em 16 de maio de 2019
- ↑ «*Um pouco da história de 31 de março de 1964 | ABAP - Associação Brasileira de Anistiados Políticos*». Consultado em 17 de maio de 2019 soft hyphen character character in |titulo= at position 94 (ajuda)
- ↑ DEOPS (25 de maio de 1964). «*Demistóclides Batista*» (PDF). Arquivo Público do estado de São Paulo. Consultado em 16 de maio de 2019
- ↑ «*Deputado denuncia impunidade*». *O Fluminense*, Ano CXVI, edição 33734, página 3/republicado pela Biblioteca nacional/Hemeroteca Digital Brasileira. 31 de agosto de 1993. Consultado em 16 de maio de 2019
- ↑ «*Pistoleiros matam Batistinha dentro de casa*». *Jornal do Brasil*, Ano CIII, edição 89, página 15/republicado pela Biblioteca nacional/Hemeroteca Digital Brasileira. 6 de julho de 1993. Consultado em 16 de maio de 2019
- ↑ «*Em meio a pedidos de justiça, Câmara devolve mandato a cassados pela ditadura*». Câmara dos Deputados do Brasil. 7 de dezembro de 2012. Consultado em 16 de maio de 2019

Deputado federal do Rio de Janeiro na 41ª Legislatura	
Período	fevereiro de 1963 a 10 de abril de 1964
Presidente do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina	
Período	1954 1962
Dados pessoais	
Nascimento	18 de outubro de 1925 (95 anos) Cachoeiro do Itapemirim

Morte	5 de julho de 1993 (67 anos) Rio de Janeiro
Nacionalidade	brasileira
Progenitores	Mãe: Carmen Faria Batista Pai: José Batista
<i>Alma mater</i>	Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (1958)
Partido	PCB (1954-1962) PST (1962-1965) PT (1980-1993)
Profissão	advogado, ferroviário e professor

BATISTA, DEMISTÓCLIDES

*dep. fed. RJ 1963-1964.

Demistóclides Batista, conhecido como Batistinha, nasceu em Cachoeiro de Itapemirim (ES) no dia 18 de outubro de 1925, filho de José Batista e de Carmem Faria Batista. Seu pai foi ferroviário, no cargo de auxiliar de estação na Leopoldina Railways, seguindo a mesma profissão do seu avô.

Ingressou na carreira de ferroviário em sua cidade natal aos 16 anos e foi também diretor da Casa do Estudante de Cachoeiro e professor de história do maior colégio do Espírito Santo, o Liceu. Em 1953 foi eleito presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), cargo que exerceu até o ano seguinte. Em 1954 ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), então Partido Comunista do Brasil, e foi eleito pela primeira vez presidente do Sindicato dos Ferrovários da Estrada de Ferro Leopoldina, transferindo-se para a sede do sindicato no Rio de Janeiro. Em 1955 ingressou na Liga de Emancipação Nacional (LEN), sociedade civil fundada no ano anterior com o objetivo de defender as liberdades democráticas e de lutar por um desenvolvimento econômico independente do Brasil.

Em 1958 formou-se advogado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), especializando-se na área trabalhista. No ano seguinte, foi eleito pela segunda vez presidente do Sindicato dos Ferrovários da Estrada de Ferro Leopoldina, transferindo-se novamente para o Rio de Janeiro. Na vitoriosa greve da paridade, em novembro de 1960, que reivindicava a equiparação salarial dos marítimos, ferroviários e portuários com os militares e que teve a participação de 1,6 milhão de trabalhadores, foi preso dentro do Sindicato dos Marinheiros.

Em 1961 ficou conhecido como o condutor do chamado trem da legalidade, uma composição da Rede Ferroviária Federal que conduziu cerca de cinco mil ferroviários que fizeram

uma paralisação de 12 dias — a chamada greve da legalidade — em defesa da posse de João Goulart na presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de veto à posse por parte dos ministros militares.

Membro do Pacto de Unidade e Ação (PUA) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), elegeu-se deputado federal no pleito de outubro de 1962, pelo Rio de Janeiro, na legenda da Chapa de Renovação Federal, integrada pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Social Trabalhista (PST), ao qual era filiado, devido à clandestinidade do PCB. Foi o terceiro candidato mais votado do estado, com 38 mil votos.

Assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1963. Contudo, não cumpriu todo o seu mandato, pois em 10 de abril de 1964 foi cassado e teve os direitos políticos suspensos por dez anos, por força do Ato Institucional nº 1 (AI-1), editado na véspera em consequência do movimento político-militar de 31 de março que depôs o presidente João Goulart (1961-1964). Tendo que deixar o país, Batistinha refugiou-se no Uruguai. Retornou ao Brasil clandestinamente em 1966, ficando escondido em São Paulo. Nesse mesmo ano foi indiciado no inquérito policial-militar sobre as atividades do PCB, tendo sido decretada a sua prisão preventiva. Descoberto no Rio de Janeiro, acabou sendo preso em 1967.

Com a decretação do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, Batistinha foi incurso na Lei de Segurança Nacional (LSN) e condenado a dois anos de prisão, que cumpriu na ilha Grande.

Livre da prisão e dos processos, passou a exercer a advocacia, na área trabalhista, no Rio de Janeiro. Após a decretação da anistia pelo presidente João Batista Figueiredo (1979-1985) em agosto de 1979, Batistinha filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em maio de 1986, voltou aos palanques para participar da primeira greve dos ferroviários depois da ditadura militar (1964-1985), movimento que durou quatro dias. A partir de então, passou a ser requisitado pelos ferroviários para ajudar nos movimentos grevistas da categoria. No pleito de novembro daquele ano, concorreu a uma cadeira no Senado, pelo Rio de Janeiro, na legenda do PT, mas não se elegeu, conseguindo apenas 236.915 votos, ficando em sétimo colocado entre os concorrentes.

Foi assassinado no Rio de Janeiro no dia 5 de julho de 1993, em sua casa, em circunstâncias não esclarecidas.

Era casado com Neusa Batista, com quem teve nove filhos.

Publicou *Dias de angústia*.

A seu respeito, foi publicado Batistinha: o combatente dos trilhos (1994), organizado por Betânia Gonçalves Figueiredo, por iniciativa do Centro de Memória Ferroviária/Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro — Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1946-1967); *Estado de S. Paulo* (6/7/93); FIGUEIREDO, B. *Batistinha; Folha de S. Paulo* (6/7/93); *Globo* (6/7/93); *Jornal do Brasil* (6/7/93); SERPRO. *Dados* (1986).